TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano V – nº 46 – Outubro de 2005

COMISSÃO ATUALIZARÁ LEIS ESTADUAIS

A análise das leis não regulamentadas e em desuso no Estado começou a ser feita por uma Comissão criada pela Mesa Diretora da Alepe. O grupo estudará as 12.882 leis ordinárias e as 77 legislações complementares existentes em Pernambuco. Entre as matérias não regulamentadas, está a de nº 12.578, que proíbe o ato de fumar em áreas de uso coletivo, privado ou público. A Comissão fará, inicialmente, um estudo do sistema de atualização das leis em órgãos como, por exemplo, a Presidência da República.

Páginas 4 e 5

FERNANDO SILVA



FERNANDO SILVA



Show do Madrigal na Assembléia

O Projeto Segunda Cultural da Alepe apresentou, no último dia 3, o Madrigal do Recife. Essa foi a última apresentação do coral antes de seguir viagem para se apresentar no Uruguai e na Argentina.

Página 8

EDITORIAL

As leis são instrumentos fundamentais ao Estado Democrático. O cumprimento delas faz-se necessário para o desenvolvimento e o bem-estar das sociedades e, sobretudo, para a garantia e a promoção dos direitos dos cidadãos.

Inúmeras atividades do dia-a-dia são regidas por normas. Preceitos constitucionais básicos, como o direito à vida, à saúde, à educação, à segurança e o direito de ir e vir são alguns exemplos disso.

As leis podem ser de iniciativa das Câmaras Municipais, Federal, dos Parlamentos Estaduais, dos Poderes Executivo, Judiciário, entre outras instituições. Num sistema democrático, cabe ao Legislativo, na maioria das vezes, aprová-las.

Em Pernambuco, a Assembléia Legislativa produz inúmeras leis em benefício da sociedade. Matérias que disciplinam o ato de fumar em lugares públicos; definem regras para a criação e venda de cães das raças *pit bull* e *rotweiller*; o acesso de vigilantes sanitários a imóveis residenciais para o combate do mosquito da dengue. Essas são, sem dúvida, algumas das iniciativas que demonstram a preocupação dos deputados estaduais com a melhoria da qualidade de vida da população.

Muitas propostas, entretanto, necessitam da regulamentação do Executivo para serem colocadas em prática. Antecipando-se a essa questão, a Mesa Diretora da Alepe criou uma Comissão para analisar as leis estaduais não regulamentadas e as que estão em desuso. O grupo, formado por integrantes dos três Poderes Estaduais, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas, já iniciou o estudo. Com isso, a Casa espera contribuir para que os cidadãos possam contar com uma legislação moderna e eficaz.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias. **1ºVice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca. **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel. **1º Secretário**, Deputado João Negromonte. **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa. **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite. **4ª Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Assistente de Comunicação Social:**Christianne Alcântara. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara, Cláudia Lucena e Renata Rodrigues. **Estagiárias:** Bruna Serra, Eva Farias e Larissa Rodrigues. **Revisão:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara e Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Gerência de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Silva, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Rua da União, 439 - Anexo V - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

PRODUÇÃO LEITEIRA E GERAÇÃO DE EMPREGO

Claudiano Martins *

É público e notório que a produção leiteira é uma das mais viáveis forças geradoras de emprego. Prova disso são os números que a bacia leiteira de Pernambuco vem demonstrando nesses anos. Mesmo com o estímulo do Governo Estadual, é fato que ainda operamos timidamente. É preciso maior determinação dos governantes na implantação e gerenciamento de projetos que estimulem a produção e a capacitação de novas técnicas para viabilizar a pecuária do Agreste do Estado, visando, sobretudo, à erradicação do subemprego e suas mazelas sociais.

A produção de leite emprega de duas a três pessoas, a cada 50 litros produzidos, o que demonstra uma clara definição de que esses investimentos podem contribuir de forma mais ativa na geração de emprego e renda. Municípios como Iati, Águas Belas, Itaíba, Tupanatinga e tantos outros que têm a pecuária como atividade econômica principal, garantem o sustento para muitas famílias do Agreste. São milhares de pessoas empregadas no manejo e tratamento do gado, sem esquecer os empregos indiretos.

Atualmente, a produção da bacia leiteira provém, na grande maioria, de pequenos estabelecimentos familiares, nos quais seus principais membros produzem em conjunto o leite e seus derivados para abastecer o mercado local. Já o produto *in natura* é destinado para grandes laticínios. Sabemos da existência de um protocolo de intenção visando à instalação de uma indústria de laticínios no Agreste, por meio do Projeto Renascer, do Governo do Estado. Contudo, a implantação só deverá ocorrer nos próximos dois anos.

RINALDO MARQUES



Estou convicto em afirmar que, a partir do momento em que o Governo Estadual implantar de fato a indústria de laticínios, toda a região ganhará em vários aspectos, inclusive no social, pois isso afastará o fantasma do subemprego. Também haverá o estimulo à arrecadação de impostos; ampliação do recolhimento de tributos previdenciários; e um maior movimento do comércio local dos municípios inseridos.

Como observamos, todos esses fatores somados resultarão no surgimento de um novo perfil do sertanejo. Ele deixará de viver à espera de doações, favores ou esmolas, para ser um empreendedor, seja individual ou familiar, resgatando definitivamente sua auto-estima e dignidade.

** Deputado Estadual pelo PMDB.*

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

SEMINÁRIO DEBATE PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RINALDO MARQUES



O projeto de resolução para realizar uma pesquisa sobre os cinco anos de existência do Plano Estadual de Educação foi apresentado pelo presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alepe, deputado Roberto Liberato (PFL). A iniciativa, de autoria do colegiado, prevê que a Alepe avalie, no prazo de um ano, o desenvolvimento da educação pública no Estado. O parlamentar expôs a proposta no encerramento do 1º Seminário Estadual de Educação do Poder Legislativo, no último dia 28 de setembro. Para o parlamentar, o encontro, que faz parte do calendário de atividades da Casa, foi positivo. No final do evento, a vice-presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT), também apresentou um relatório com sugestões à Secretaria Estadual de Educação. Entre as propostas, está a necessidade de realização de concursos públicos para professores. O Seminário, idealizado por Teresa Leitão, foi promovido pela Comissão de Educação e pela Escola do Legislativo (Elepe), com o apoio da Mesa Diretora da Casa. O encontro contou com a participação de instituições e sindicatos ligados ao setor, além de professores da rede estadual e de 17 municípios.

QUALIDADE

RINALDO MARQUES



Integrantes do Núcleo da Qualidade vêm discutindo como a iniciativa do Ministério do Planejamento será adaptada para a Alepe

LEGISLATIVO AVALIA NOVO MODELO DE GESTÃO

Com a intenção de expandir o Sistema da Qualidade para todos os setores da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe), a Casa decidiu adotar, por iniciativa da Superintendência Geral, o Modelo de Gestão pelos Critérios de Excelência no Serviço Público, do Ministério do Planejamento. A proposta será adaptada para o Poder Legislativo e buscará aumentar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, dando apoio a todos os sujeitos envolvidos nos processos - os usuários/cidadãos, os colaboradores/funcionários e os fornecedores.

De acordo com a superintendente-geral, Eva de Andrade Lima, a Casa continuará com o Sistema de Qualidade Internacional ISO 9001/2000. Na segunda-feira (3), ela recebeu a visita do auditor da empresa *ABS Quality Evaluations*, Amilton Almar Fagundes, responsável pela Certificação ISO. "Os dois sistemas são independentes e podem ser adotados simultaneamente. Um não anula o outro", salientou Eva, acrescentando que o assunto ainda será melhor debatido na Casa. A Alepe é a primeira do País a obter a certificação. O Núcleo da Qualidade da instituição é subordinado à Superintendência de Recursos Humanos.

Intenção é expandir sistema para todos os setores da Casa Joaquim Nabuco

ENCONTRO - Durante o 1º Fórum de Qualidade em Gestão Pública, que aconteceu em agosto, o coordenador do Núcleo Regional do Programa de Qualidade do Governo Federal, Florêncio Absalão, apresentou a metodologia do novo sistema aos superintendentes e assistentes dos diversos setores da Alepe. "Acredito que esse é o modelo ideal para o serviço público e para o Legislativo Estadual. Ele vai preparar, automaticamente, os servidores para as auditorias exigidas para as recertificações ISO, que acontecem periodicamente", esclareceu a superintendente-geral.

O novo instrumento foi elaborado para apoiar as organizações públicas brasileiras na realização de uma avaliação continuada da gestão e é uma proposta do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública). A verificação contínua dos serviços desses órgãos tem o objetivo de avaliar a qualidade do sistema de gestão e o desempenho institucional, aperfeiçoar as práticas de gestão, além de ajudar as instituições a se transformarem em organizações de "classe mundial". "A partir da melhoria dos serviços prestados pelo setor público, pretendemos mudar o olhar da sociedade, que, muitas vezes, julga o servidor como acomodado. A excelência na gestão recuperará o estímulo das pessoas pelo trabalho", destacou Eva.

Nas fases de implantação do novo sistema, os funcionários da Alepe serão submetidos a um treinamento, seguido por uma auto-avaliação. Após as etapas e o cumprimento dos critérios exigidos, o modelo de gestão federal entrará em funcionamento.

LEGISLAÇÃO

GRUPO INICIA REVISÃ

Um trabalho idealizado pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa ajudará o Estado a ter uma legislação mais atualizada e compacta. Formada por integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), foi instalada uma Comissão para analisar as 12.882 leis ordinárias estaduais e as outras 77 legislações complementares existentes no Estado. A intenção é verificar quais foram modificadas, necessitam de regulamentação pelo Executivo, ou estão em desuso.

Na primeira reunião de trabalho do grupo, no último dia 29, foi decidido que a Comissão conhecerá os sistemas de atualização de leis da Presidência da República, do Senado Federal e da Assembléia Legislativa de São Paulo. A viagem está prevista para o próximo dia 18 de outubro. A partir daí, deverá ser apresentado um projeto para implementar um modelo também em Pernambuco.

Segundo levantamento da Assistência Legislativa da Alepe, nesta legislatura, iniciada em 2003, 69 leis que necessitam de regulamentação foram promulgadas ou sancionadas. Dez, de autoria do Poder Executivo, foram regulamentadas. Das 56 de iniciativa parlamentar, somente três o foram e uma ainda está no prazo previsto.

A Lei nº 12.541/2004, de Fernando Lupa (PSDB), que disciplina a instalação e manutenção das cercas elétricas em áreas urbanas do Estado, é uma das que ainda não passaram pelo processo de regulamentação. Nesse caso, o ato é necessário para definir as especificações técnicas da instalação das cercas e determinar o órgão responsável pela fiscalização e aplicação das multas. Entre as regulamentadas, de autoria do Poder Legislativo, está a Lei nº 12.562/04, que estabelece critérios para a edição de lista referencial de honorários médicos.

Para o presidente da Assembléia, deputado Romário Dias (PFL), essa iniciativa é muito importante para o Estado. "É um trabalho difícil, mas esperamos que seja concluído em até um ano. Ele permitirá identificar as dificuldades dessas regulamentações e formas de resolvê-las, objetivando colocar essas leis em prática. A iniciativa vem atender ao anseio de toda a sociedade pernambucana porque permitirá atualizar a nossa legislação estadual", destacou.

A Comissão é formada pelo procurador de Justiça Ivan Porto; o sub-procurador-geral do Tribunal de Contas, Gilmar Lima; a procuradora-chefe da Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo ao governador, Taciana Castro; e pela procuradora da Alepe Juliene Viana. O desembargador do Tribunal de Justiça, Leopoldo Raposo, preside o grupo.

Raposo lembrou a importância de revogar ou modernizar leis em desuso. "Há normas em vigor que estão divorciadas da realidade atual, pois não representam mais os anseios sociais. Por isso, abstraí-las da legislação se faz necessário. Queremos fazer um levantamento minucioso do ordenamento jurídico estadual", completou.

ROBERTO SOAR



A proibição de fumar em lugares de uso coletivo, privado ou público, é uma das medidas que aguardam regulamentaçã

Algumas matérias de iniciativa parlamentar não regulamentadas

- **Lei nº 12.461/03** - Cria regras permitindo o acesso de agentes ou vigilantes sanitários responsáveis pela fiscalização e erradicação de focos do *Aedes aegypti* (mosquito da dengue) a imóveis residenciais em Pernambuco. Autor: deputado Sebastião Oliveira Júnior (PL).
- **Lei nº 12.509/03** - Assegura às pessoas portadoras de deficiência visual o direito ao acesso a informações escritas em relevo pelo sistema braile no Estado. Autor: deputado João Fernando Coutinho (PSB).
- **Lei nº 12.511/03** - Obriga teatros, cinemas, ginásios esportivos, casas noturnas, bares, restaurantes, auditórios e salas de conferência ou de convenções a manter em suas dependências poltronas ou cadeiras especiais para o uso de pessoas obesas. Autor: deputado Roberto Leandro (PT).
- **Lei nº 12.512/03** - Obriga supermercados e estabelecimentos afins a divulgar com destaque a data de vencimento da validade dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas nos centros de compras. Autor: deputado Izaías Régis (PTB).
- **Lei nº 12.532/04** - Define diretrizes para a Política de Atenção Integral aos Portadores da Doença de Parkinson no Estado. Autor: deputado Isaltino Nascimento (PT).
- **Lei nº12.541/04** - Disciplina a instalação e a manutenção de cercas elétricas nas áreas urbanas do Estado. Autor: deputado Fernando Lupa (PSDB).
- **Lei nº 12.558/04** - Cria o Programa de Incentivo à Responsabilidade Social em Pernambuco. Autora: deputada Jacilda Urquisa (PMDB).
- **Lei nº 12.770/05** - Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Autor: deputado Isaltino Nascimento (PT).

***Fonte**: Gerência de Apoio Técnico Legislativo e Estatística da Assistência Legislativa*



Regras permitindo o acesso de vigilantes sa

...O DE LEIS ESTADUAIS

Números

- 12.882 é o número de leis ordinárias existentes no Estado.
- 77 são leis complementares.
- 69 que necessitam de regulamentação foram promulgadas nesta legislatura.
- 56 delas são de iniciativa parlamentar.

***Fonte**: Gerência de Apoio Técnico Legislativo e Estatística*

Saiba mais

- **Regulamentação de lei** - Ato ou efeito de regulamentar, de estabelecer regras ou normas. É a prerrogativa que o Poder Executivo tem de elaborar regulamento.
- **Diferença entre sanção e promulgação** - Sanção é o ato que transforma o projeto aprovado pelo Legislativo em lei. É a ação do Poder Executivo que dá a uma lei força executória. Já a promulgação atesta a existência da lei. Declara que há uma nova legislação e a sua publicação oficial.

***Fonte**: Livros - Curso de Direito Constitucional, de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, e Enciclopédia Saraiva do Direito.*

RINALDO MARQUES



Instalação e manutenção de cercas elétricas em áreas urbanas do Estado também precisam de disciplinamento

CARLOS OLIVEIRA



...nitários a todos os imóveis residenciais estão previstas em proposta

DECRETOS DO EXECUTIVO REGULAMENTAM MATÉRIAS

O cidadão comum, muitas vezes, não entende as dificuldades causadas pela não-regulamentação de uma lei. A procuradora da Alepe Juliene Viana, integrante da Comissão criada para analisar a legislação existente no Estado, esclarece que algumas normas só produzirão plenamente os seus efeitos após o ato de regulamentação por decreto pelo Poder Executivo.

O também procurador da Casa e assessor jurídico da Comissão de Justiça, Paulo Fernandes, observa que, "com o decreto, dá-se, implicitamente, a adesão do Executivo à aplicabilidade da norma". Segundo ele, a lei traz conceitos gerais que precisam ser particularizados e melhor explicados por decreto. "Não há como fazer todas as definições numa lei, que é uma regra geral", acrescentou.

A Lei nº 12.578/2004, que proíbe o consumo de fumo em lugares de uso coletivo, privado ou público, de iniciativa de Carla Lapa (PSB), é uma das que precisam de regulamentação. É necessário um decreto para que sejam fixados os critérios sobre multas aos estabelecimentos privados, o prazo para o pagamento dessas penalidades e a definição do órgão fiscalizador. Juliene Viana explica que, nesse caso, a lei tem eficácia plena com relação à proibição, pois produz efeitos imediatos. "No entanto, no que se refere às sanções, a eficácia é limitada, uma vez que é preciso disposições para alguns pontos", comenta.

Promulgada em 2003, a Lei nº 12.469, disciplinando os critérios e as responsabilidades para a criação e venda de cães das raças *pit bull* e *rotweiller* no Estado, de Pedro Eurico (PSDB), pode ser citada como uma norma cuja eficácia é limitada, de acordo com a procuradora. "A lei precisa de decreto para descrever desde o modelo do canil para a guarda dos animais até a fixação da taxa diária de permanência, nos casos de apreensão e encaminhamento aos canis municipais. Sem decreto, nada disso pode ser cumprido de imediato", afirmou.

A procuradora-chefe da Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo ao Governador, Taciana Castro, defende que é importante analisar, inicialmente, toda essa legislação e identificar as leis em desuso para, num segundo momento, fazer as regulamentações.

CULTURA

CINEMA NA ALEPE ATRAI SERVIDORES E DEPUTADOS

RINALDO MARQUES



Cineteca da Assembléia Legislativa é um projeto da Biblioteca e funciona no auditório da Casa, às segundas

Um famoso autor de peças teatrais está em crise com sua última criação. Ele precisa, agora, de uma nova história para atrair o público aos espetáculos. Durante um passeio pelos jardins Kensington, conheceu Sylvia e os quatro filhos dela. Nesse momento, sua vida muda completamente. O enredo do filme *Em Busca da Terra do Nunca* inaugurou, em setembro, o Projeto Cineteca, promovido pela Biblioteca da Assembléia Legislativa. A exibição dos filmes tem acontecido às segundas-feiras, a partir do meio-dia, no auditório da Casa. A entrada é gratuita. "A idéia tem o objetivo de dinamizar as ações da Biblioteca e tornar o ambiente de trabalho mais acolhedor. O apoio da Mesa Diretora foi fundamental para a concretização da iniciativa", afirmou a superintendente-geral da Alepe, Eva de Andrade Lima.

A primeira exibição contou com aproximadamente 50 pessoas, entre funcionários e parlamentares. Para a funcionária da Superintendência de Planejamento Marli Ramos, a cineteca ajuda a conhecer melhor os companheiros de trabalho. "Nosso dia-a-dia é muito conturbado. Não temos tempo para interagir com os outros profissionais. Agora, com os filmes, isso vai mudar", ressaltou.

A gerente da Biblioteca, Sirlênia Araújo, diz que a seleção das películas não ficará restrita aos filmes de romance e suspense. "Vamos oferecer também histórias de ficção científica e documentários. Incentivar a cultura e desenvolver o pensamento crítico dos funcionários fazem parte da proposta."

REFORMA - A Biblioteca também foi reformada. O espaço reabriu, no último dia 6, com cabines individuais de leitura e cinco mil novos livros. "Neste mês de outubro, acontecerá a Bienal do Livro, no Centro de Convenções, onde vamos adquirir mais 80 títulos", informou Sirlênia. Outra atividade disponibilizada após a reforma foi a Oficina de Xadrez, que, durante a reinauguração do espaço, teve a presença do presidente da Federação Pernambucana de Xadrez, Manoel Santos.

A funcionária da Comissão de Administração Pública Karina Montenegro avaliou que a Biblioteca está atraindo cada vez mais funcionários. "Essas atividades tornam nosso trabalho mais leve e prazeroso. Não posso ir ao cinema todo fim de semana. Na maioria das vezes, por falta de tempo. Mas existem aqueles que não podem pagar o valor exorbitante cobrado pelas salas. Ter cinema de graça, cabine de leitura e xadrez no trabalho é um privilégio."

MOISÉS BARBOSA



Espaço também foi reformado, ganhou cinco mil novos livros, além de cabines individuais

SÉRIE COMISSÕES PERMANENTES

CCLJ ANALISA LEGALIDADE DAS MATÉRIAS NA CASA

Para que a proposta apresentada por um deputado, pelos Poderes Executivo ou Judiciário, entre outros órgãos, torne-se lei, é preciso analisar se ela não fere a Constituição Estadual, a legislação máxima de Pernambuco. Na Assembléia, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) é a responsável pela emissão desse parecer e, portanto, o primeiro colegiado a avaliar os projetos que tramitam na Casa.

Vale ressaltar, no entanto, que, se a proposição for considerada inconstitucional por dois terços dos integrantes da CCLJ, o Regimento Interno da Alepe prevê que a matéria seja encaminhada à Mesa Diretora para ser incluída, prioritariamente, na Ordem do Dia. Se o Plenário decidir pela aprovação do parecer da CCLJ, ela será rejeitada e arquivada. Caso contrário, seguirá a tramitação normal nas demais Comissões Permanentes, uma vez que a decisão do Plenário é soberana.

RINALDO MARQUES



Colegiado é o primeiro a emitir pareceres no Legislativo pernambucano

O presidente do colegiado, deputado Bruno Rodrigues (PSBD), explicou que a Comissão analisa a maioria dos projetos do Legislativo, Executivo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público. Ele lembrou que, por ser a primeira Comissão da Alepe, a CCLJ tem a obrigação de avaliar os projetos técnica e juridicamente e, em alguns casos, o mérito da proposição. "A maior parte dos processos legislativos é iniciada pela CCLJ, inclusive as Propostas de Emenda à Constituição (PEC), que passam exclusivamente pela Comissão e depois seguem para o Plenário", afirmou.

O vice-presidente, deputado Alf (PTB), reforçou a informação de Rodrigues quanto à necessidade de o colegiado analisar a constitucionalidade das matérias. No entanto, o parlamentar também observou que, algumas vezes, é necessário levar-se em conta o mérito da proposta, em razão de sua importância para a sociedade. "Mas também cabe a outras Comissões Permanentes a análise do mérito", frisou.

A CCLJ ainda opina sobre o exercício dos Poderes Estaduais; as organizações judiciárias; as Polícias Civil; Militar; e o Corpo de Bombeiros; a concessão de licença ao governador e ao vice-governador para ausentarem-se do Estado ou interromperem o exercício de suas funções; sobre intervenções municipais; entre outros aspectos.

Entre os projetos aprovados pelo colegiado neste segundo semestre, Bruno Rodrigues destacou o de nº 1009/05, do Poder Judiciário, que tratou do reajuste dos vencimentos dos servidores efetivos. Em relação às Propostas de Emenda à Constituição, a CCLJ aprovou a PEC nº 14/05, de autoria do deputado Bruno Araújo (PSDB). A matéria concedeu autonomia funcional, administrativa e financeira à Defensoria Pública do Estado.

INTEGRANTES

TITULARES:	PARTIDO
BRUNO RODRIGUES	PSDB - PRESIDENTE
ALF	PTB - VICE-PRESIDENTE
AUGUSTO COUTINHO	PFL
CIRO COELHO	PFL
ISALTINO NASCIMENTO	PT
JACILDA URQUISA	PMDB
JOSÉ QUEIROZ	PDT
PEDRO EURICO	PSDB
SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR	PL

SUPLENTES	PARTIDO
ADELMO DUARTE	PFL
AUGUSTO CÉSAR	PTB
AURORA CRISTINA	PMDB
BRUNO ARAÚJO	PSDB
LOURIVAL SIMÕES	PV
ROBERTO LIBERATO	PFL
SÍLVIO COSTA	PMN
SOLDADO MOISÉS	PSB
TERESA LEITÃO	PT

PERSONAGEM DA ALEPE

GRACINHA ELOGIA RECURSOS HUMANOS

Chefe do Departamento de Preparação de Pagamento de Pessoal. Essa é a função atualmente exercida pela servidora Maria das Graças Ferreira Duarte, na Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe), onde trabalha há quase 21 anos. O setor faz parte da recém-criada Superintendência de Recursos Humanos da Alepe. "A missão dela é acompanhar o desenvolvimento dos funcionários e isso é muito importante para uma Casa do porte da Alepe", afirma a servidora.

Gracinha, como é carinhosamente chamada pelos colegas de trabalho, começou como estagiária na Assembléia em 1982, no antigo Departamento de Comunicação. Depois disso, ficou aproximadamente dois anos afastada da Alepe. Em 1987 voltou, passando a trabalhar no setor de pagamento, onde permanece até hoje.

Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Gracinha trabalhou, antes de vir para a Assembléia, em uma destilaria de álcool e como pedagoga, na Escola Santa Maria, em Timbaúba, Zona da Mata Norte do Estado, sua cidade natal.

Mas ela afirma que seu grande sonho sempre foi trabalhar na Alepe, devido à influência de seu pai, Antônio Ferreira Duarte, funcionário aposentado da Casa. "Meu pai foi servidor ativo da Assembléia durante 40 anos. Quando eu era criança, ele me trazia para visitar a Alepe e eu achava o Palácio Joaquim Nabuco muito bonito, sonhava em trabalhar nele", conta Gracinha. A servidora diz que adora exercer suas funções e, se não estivesse na Casa, provavelmente trabalharia com crianças ou idosos.

Nas horas de lazer, Gracinha afirma que gosta de viajar, ir ao teatro e ao cinema e ficar com a família. "Adoro minha família, acho que ela é a base de tudo", destaca. Gracinha conta, ainda, que considera seus sobrinhos como filhos. "Ajudei a criar alguns, por isso tenho carinho de mãe por eles", afirma.

FERNANDO SILVA



Funcionária começou como estagiária

SEGUNDA CULTURAL

FERNANDO SILVA



A HARMONIA DO MADRIGAL DO RECIFE

As vozes harmônicas do Madrigal do Recife embalaram a platéia do Projeto Segunda Cultural, na noite do último dia 3, no Plenário do Palácio Joaquim Nabuco. Comemorando 34 de existência e com viagem marcada para o Uruguai e a Argentina, no sábado (8), o grupo se despediu de Pernambuco com um repertório que incluiu música popular brasileira, renascença, maracatu e frevo-de-rua. Entre as canções, a castelhana *El Humahuequeño*; *Disparada*, de Geraldo Vandré; *Águas de Março*, de Tom Jobim; além de maracatu, xaxado e frevos de Capiba, Getúlio Cavalcanti e Nélson Ferreira. O *Concerto para uma só voz*, de Saint-Preux, também integrou a apresentação.

Segundo o maestro José Beltrão, o espetáculo foi o mesmo que será apresentado ao público internacional. "O Madrigal é o único representante do Brasil nas comemorações de 30 anos do Coro Uruguaio de Colônia Del Sacramento, um dos mais respeitados da América do Sul", informou. O coral é formado por 18 componentes de diversas áreas de atuação, como médicos, jornalistas e funcionários públicos.

O Segunda Cultural é uma iniciativa da Mesa Diretora da Alepe, com o objetivo de promover a aproximação com a sociedade. Os eventos, com entrada franca, acontecem nas primeiras segundas-feiras de cada mês. Entre os artistas que mostraram seu trabalho na Alepe, estão o violonista Henrique Annes, os grupos SaGrama, Arabiando e Noise Viola.